

EMENDA Nº - CAE
(ao PL nº 4.426, de 2023)

Incluem-se ao PL nº 4.426, de 2023, os parágrafos 7º e 8º, ao artigo 8º da Lei 13.681 de 2018.

Art.... O artigo 8º, da Lei nº 13.681, de 2018 passa a vigorar acrescida dos parágrafos 7º e 8º, com a seguinte redação:

Art. 8º

§ 7º Os servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais-PCC- e em empregos públicos federais nos termos do artigo 12 desta Lei, com fundamento nas Emendas Constitucionais nº 60, de 2009, nº 79, de 2014, e n.º 98 de 2017, enquadrados em cargos e empregos de mesma denominação, ou semelhante, ou de atribuições equivalentes às previstas para as categorias funcionais de, agente administrativo, datilógrafo, assistente administrativo, agente de vigilância, telefonista, motorista oficial, auxiliar operacional de serviços diversos, artífices, agente de saúde, auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem e agente de portaria serão posicionados no nível intermediário, consoante o disposto no artigo 5º, da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1991, e da Lei nº 8.743, de 9 de dezembro de 1993, vedada, em qualquer hipótese, efeitos financeiros retroativos.

§ 8º a aplicação do disposto no parágrafo 7º, aplica-se ao servidores ativos, aposentados e pensionistas, independentemente de possuir escolaridade correspondente ao ensino médio ou habilitação legal equivalente, sendo os cargos e empregos extintos quando vagarem.

JUSTIFICAÇÃO

O propósito desta emenda é adequar a classificação dos cargos do PCC-Ext e os empregos públicos dos ex-Territórios de que tratam os artigos 8º e 12 da Lei 13.681 de 2018, em parâmetros iguais aos aplicados aos cargos e empregos dos planos de carreira da União, seguindo o disposto no artigo 5º, da Lei 8.460 de 1992, que dispõe que as categorias funcionais de Agente de Vigilância, de Telefonista, de Motorista Oficial e as classes C e D da Categoria de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, assim como a classe B da categoria de Agente de Serviços de Engenharia passaram a integrar o anexo X da Lei 7.995, de 1990, qual seja, o rol de cargos de nível intermediário.

Quis o legislador, com a edição da Lei 8.460 de 1991 e a Lei n.º 8.743 de 1993, classificar os cargos de agente de vigilância, telefonista, motorista oficial, auxiliar operacional de serviços diversos, agente de serviços de engenharia e agente de portaria, incluindo-os no nível intermediário, de forma que todos as pessoas que ocupavam esses cargos foram elevadas de ofício, ao nível intermediário, independentemente de possuírem a escolaridade de ensino médio.

Portanto, fortes são os argumentos de que as alterações sugeridas aperfeiçoam este Projeto de Lei, razões que me levam a pedir o voto favorável dos nobres Pares.

Sala da Comissão,

Senador CHICO RODRIGUES
PSB/RR